

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 455.911 - RJ
(2013/0419563-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADA : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
ADVOGADA : ANA CAROLINA REIS DO VALLE MONTEIRO E OUTRO(S) - RJ123191
AGRAVADO : ROZEVAL ALVES NEZINHO
ADVOGADO : FERNANDA SILVA MENDONÇA DE PINHO E OUTRO(S) - RJ143807

DECISÃO

Telemar Norte Leste S.A. interpõe agravo interno em face da decisão de fls. 664/665, proferida pela Presidência desta Corte, que não conheceu do recurso por violação do princípio da unirrecorribilidade, decorrente de a agravante haver interposto simultaneamente agravo em recurso especial e agravo regimental contra a mesma decisão.

Nas razões para reforma, alega a agravante que não interpôs os inconformismos ao mesmo tempo, porém cada um impugnando decisões específicas, que se sucederam no decorrer da tramitação do feito, de forma que não infringiu o princípio de vedação ao duplo recurso.

Intimada, a parte adversa não se manifestou (cf. certidão de fl. 682).

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

Reconsidero a decisão agravada porquanto efetivamente não houve a interposição simultânea, com infração ao princípio da unirrecorribilidade.

O agravo regimental de fls. 588/595, interposto em 1º.10.2013, combate a decisão de fls. 570/571, que rejeitou embargos de declaração, enquanto o agravo em recurso especial, datado de 29.10.2013, ataca a decisão de admissibilidade negativa de fls. 597/606, emitida em 8.10.2013, em reconsideração provocada pelo agravo regimental, que se exauriu nesse ato.

Verifico, por outro lado, que a petição de fls. 609/636 impugna todos os fundamentos da admissibilidade negativa, razão por que considero superado o limite do conhecimento.

O especial, interposto por Telemar Norte Leste S.A. em face da negativa de provimento à apelação contra sentença de procedência de ação, visa à reforma de

acórdão cuja ementa possui o seguinte teor (fl. 436):

APELAÇÃO CÍVEL.

CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM SERVIÇO DE TELEFONIA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES.

Decisão monocrática negou seguimento ao recurso de Apelação Cível da Ré mantendo sua condenação a pagar a Autor o valor equivalente às ações faltantes, acrescido do valor dos prêmios, dividendos e juros sobre o capital próprio, desde quando deveriam ter sido emitidas até o cumprimento da obrigação, com correção monetária e juros de 1% ao mês a partir da citação, além da condenação no ônus da sucumbência.

RECURSO DE AGRAVO INTERNO (artigo 557 § 1º, Código de Processo Civil).

A concessionária Ré interpõe novo recurso afirmando não ser possível o julgamento monocrático, razão pela qual repete todos os argumentos lançados nas peças de defesa e de recurso e já apreciados.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 453/458.

Pela alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, a empresa de telefonia sustenta que ocorreu violação aos arts. 128, 130, 267, inciso VI, 293, 460, 475-E e 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 1973, a pretexto, inicialmente, de negativa de prestação jurisdicional pela persistência de omissões e contradições no acórdão estadual.

Argui ainda que ocorreu efetivo cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide, diante da imperiosa necessidade de realização de perícia para averiguar as alegações do autor, que faz jus a resíduo acionário.

Insiste que não é parte legítima passiva para responder pela subscrição de ações referentes à telefonia móvel.

Afirma que a sentença atuou *extra petita* porque deferiu o direito postulado com base em fundamento não alegado na inicial, consistente na aplicação da Súmula 371/STJ.

Por fim, aduz que a liquidação deverá ser processada necessariamente por

artigos, uma vez que o arbitramento pode não conduzir a resultado conclusivo, dispendendo tempo e recursos preciosos.

Rozeval Alves Nezinho apresenta contrarrazões às fls. 492/496, exclusivamente em defesa do mérito do decisório.

Prossigo.

De início, convém consignar que o acórdão estadual foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto à arguida ilegitimidade passiva para responder por ações de telefonia móvel, pois o tema é estranho à sentença, ao acórdão e aos embargos de declaração, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Veja-se que a decisão foi no sentido de que a recorrente é sucessora da TELERJ S.A., unicamente, não sendo possível concluir que "*a aquisição dos direitos de exploração*" e o dever de "*emissão de ações referentes a contratos de participação financeira*" tenha esse alcance (fl. 438).

Da mesma forma, não vislumbro a pretensa violação ao art. 535 do CPC anterior, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

Com efeito, não há falar em deficiência na prestação jurisdicional, uma vez que a Corte de origem enfrentou com suficiência e clareza as questões que mereciam apreciação.

Conforme tem decidido o STJ, não se exige que o julgador, para expressar os motivos que lhe formaram o convencimento e demonstrar o raciocínio lógico trilhado para chegar à conclusão acerca das questões de fato e de direito, analise todos os argumentos apresentados pelas partes.

É preciso ter presente que a oposição de embargos de declaração perante o tribunal de segundo grau, juntamente com a alegação de negativa de prestação jurisdicional no recurso especial, não necessariamente levam à anulação do acórdão

lavrado no julgamento de tais embargos (com a consequente devolução dos autos à origem para rejuízo), nem tornam certa a conclusão, na Corte superior, de que a questão esteja prequestionada. O ponto central em torno da possível ocorrência de defeito na prestação jurisdicional consiste em verificar se a omissão, contradição ou obscuridade apontada nos embargos dizem respeito a questões necessárias para a solução da causa. Se o tribunal de origem apresenta fundamentação suficiente para a completa prestação jurisdicional, não está, de fato, obrigado a se manifestar sobre questões paralelas que não viriam a interferir, sequer reflexamente, no seu entendimento.

A existência de decisão em sentido contrário ao almejado pela parte, ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes, não dá ensejo à declaração de nulidade.

Ademais, o julgador não está obrigado a decidir a lide a partir das normas que a parte entende aplicáveis ao caso. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS TIDOS POR VIOLADOS – SÚMULA 211 DO STJ – TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO – FÉRIAS E RESPECTIVOS ADICIONAIS – FUNDAMENTO CENTRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO – SÚMULA 283/STF.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.
2. Descumprido o necessário e indispensável exame dos artigos tidos por violados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.
3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado. Nesse sentido: EDcl no REsp 463380, Rel. Min. José Delgado, DJ 13.6.2005.

(...)

Agravo regimental improvido.

(Segunda Turma, AgRg no REsp 1.137.776/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 23.10.2009)

À assertiva de que ocorreu cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide, sem a prévia realização de prova técnica, aplica-se o veto do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal, que impede o reexame dos elementos fáticos e probatórios da demanda para deles extrair conclusão diversa.

Acrescente-se que, nos moldes da jurisprudência desta Corte, como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4.9.2008, DJe 23.9.2008)

Quando verificadas circunstâncias análogas, a jurisprudência do STJ não admite a discussão da matéria. Como exemplo, os seguintes precedentes: Quarta Turma, AgRg nos EDcl no REsp 227.788/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, unânime, DJe de 6.9.2012; Terceira Turma, AgRg no REsp 1.179.415/CE, Rel. Ministro Vasco della Giustina (Desembargador convocado do TJRS), unânime, DJe de 25.11.2010.

O mesmo óbice sumular pode ser estendido à pretensão de condicionar a

Superior Tribunal de Justiça

liquidação à modalidade por artigos (art. 475-E do CPC revogado), ao invés do arbitramento fixado pelo acórdão estadual, previsto no art. 475-C daquela norma processual. Seria necessário o reexame com base no acervo fático-probatório da lide para alcançar conclusão diversa.

Para finalizar, verifica-se que o Tribunal de origem julgou a lide nos limites em que foi apresentada, não se caracterizando julgamento *extra petita* a decisão que, respeitando as circunstâncias fáticas trazidas aos autos e o pedido inicial, conclui com fundamentos diversos daqueles deduzidos pelo autor, desde de que dispondo sobre o mesmo objeto, o que é o caso, não se cogitando de violação do princípio da congruência (fl. 438).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora